



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

DATA: 14/06/2018

HORÁRIO: 09H00MIN

Pontos da pauta:

Aberta a 52ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher;

- Eleição das Representantes das Câmaras Técnicas;
 - Discussão sobre a data e a pauta da próxima reunião ordinária;
- Apresentação sobre Balanço dos Organismos de Políticas para as Mulheres e dos Conselhos Estaduais e Municipais de Políticas para Mulheres. Discussão sobre ações para ampliação das OPMS e Conselhos; e,
- Agenda das próximas reuniões

Aos quatorze dias de junho dois mil e dezoito, às nove horas, reuniu-se os membros - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, para a quinquagésima segunda Reunião Ordinária, a fim de tratar assuntos concernentes a Eleição das Representantes das Câmaras Técnicas; Discussão sobre a data e a pauta da próxima reunião ordinária; Apresentação sobre Balanço dos Organismos de Políticas para as Mulheres e dos Conselhos Estaduais e Municipais de Políticas para Mulheres. Discussão sobre ações para ampliação das OPMS e Conselhos; e, Agenda das próximas reuniões. Esteve compondo à mesa: Adélia Pessoa - Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM); Ana Maria Repezza - SAE/PR; Ana Sobral - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG); Andréia Araujo - Coordenadora-Geral do CNDM; Anete Angélica - Cruz Vermelha do Brasil (CVB); Aparecida Moura - Presidente do CNDM; Bianka Gomes - GAB/SPM/PR; Celina Alves - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Brasil (CTB); Chopelly dos Santos - Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); Cleide Silva Pereira - Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos (FENATRAD); Cristiane Kondo - Parto do Princípio; Denise Pinheiro - Ministério do Meio Ambiente (MMA); Deusimar Corrêa - Rumkamey Héviôsô Zoonokum Mean; Eduarda Mourão - Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Eunice Cruz - Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil (BPW/Brasil); Evelini Cavalini - Articulação Brasileira de Lésbica (ABL); Fabiana Gadelha - Secretaria Nacional de Cidadania; Francimar - Rede Nacional de Mulheres Negras e Combate ao Racismo (RNMNCR); Georgia Diogo - Secretaria Geral da Presidência; Giselle Dupin - Ministério da Cultura; Gláucia Morelli - Confederação das Mulheres do Brasil (CMB); Helga Ferraz - SPM/PR; Irani Costa - DAT/SPM/PR; Irina Storni - DAT/SPM/PR; Isis Tavares - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Jeanete Mazzeiro - Fórum de Mulheres do MERCOSUL (FMM); Júlia Ferreira - DAE/SPM/PR; Jureuda Duarate Guerra - Conselho Federal de Psicologia (CFP); Karoline Soares - Articulação Brasileira de Lésbica (ABL); Kilvia Teixeira - DAT/SPM/PR; Laudelina Inácio - Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ); Lízia Moura - DAE/SPM/PR; Lucimara Cavalcante - Associação Maylé Sara Kalí (AMSK/BRASIL); Mara Feltes - Central Única dos Trabalhadores (CUT); Marcela Artiaga - SPM/PR; Margarethe Gomes - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; Maria Antonia Salgado - Movimento Articulado Mulheres da Amazônia. (MAMA); Maria Glória - Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Mariana Meirelles - SPM/PR; Marta Livia Suplicy - Liga das Mulheres; Mírian Aquino - DAE/SPM/PR; Mônica Cipriani - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

(CNDM); Mônica Vasconcelos Ribeiro - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS); Oneide Teixeira Rodrigues - DAFI/SNPM; Regina Maria Santos - Liga das Mulheres Eleitoras do Brasil (LIBRA); Roseli de Oliveira - SGPPIR/MDH; Sheila Sabag - Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (RNFS); Silvana - Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMN); Suze Huff Theodoro – DAFI/SPM/PR; Sônia Maria – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); Tamille Dias - Casa Civil/PR; Telma Nantes - Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Vandercy Camargo - DAFI/SPM/PR; Vanja Santos - União Brasileira de Mulheres (UBM). A reunião deu início com a abertura da Presidente do Conselho Aparecida Moura que declara aberta a 52ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e em continuação a pauta não finalizada no dia anterior, cedendo a oportunidade a cada representante em seu departamento na SPM para que sejam apresentados as ações e projetos a serem desenvolvidos. A apresentação iniciou com a Senhora Vandercy Camargo - Departamento de Articulação e Fortalecimento de Política para Mulheres (DAFI), o trabalho fundamenta é o fortalecimento dos organismos públicos voltado para a mulher, vendo instituições que tenha a oportunidade de interiorizar e levar a política a ser desenvolvida em prol da mulher. Futuramente visando à extinção do Programa cento e oitenta e ter baixos índices de violência pra mulher, desde que façamos com a política de pé no chão e pro atividade e preventiva. Suze Theodoro – Assessora começa falando sobre Organismos Governamentais de Políticas para Mulheres – OPM, são missões em que o Poder público missionado pelo Estado ou Município. E isso significa que a maior chance de articulação em que os órgãos atendam mulheres na sua necessidade. Estatística que atingimos, até em dois mil e dezoito foram seiscentos e vinte Organismos para Mulheres, apenas municipais, em vinte e sete lugares da Federação tem Organismos e Políticas para Mulheres, com isso houve um crescimento em função das políticas e incentivos que foram conduzidos pela secretaria ao longo dos anos. Dados dos conselhos nos municípios sem a OPM estadual: cinco mil e quinhentos e setenta Municípios brasileiros; setecentos e vinte OPM's Municipais. Um estudo feito pela ONU, cerca de seiscentos municípios que são prioritários no Brasil para de criação de OPM. Ações a serem desenvolvidos pela DAFI elaborou o edital com a finalidade de ampliar e fortalecer os OPM's; remissão do guia sobre orientação para criar e implementar os OPM'S das regiões; acompanhamento de convênios com recursos que vão possibilitar desenvolver a política; sendo a principal a capacitação da mulher buscando seu empoderamento; pré-lançamento os convênios junto a ONU; previsto a realização dos fóruns das OPM's. A Senhora Presidente Aparecida Moura passa a palavra para a senhora Kílvia Teixeira diretora do Departamento de Ações Temáticas (DAT), inicia a fala cumprimentando e dando boas vindas novas conselheiras, Sobre a DAT, veio do novo decreto número nove mil cento e trinta e sete, de vinte e um de agosto de dois mil e dezessete em que desmembrou a antiga Secretaria Nacional e criou-se o Departamento de Articulação e Fortalecimento de Política para Mulheres e Departamento de Ações Temáticas. O trabalho começou em reeditar as publicações anteriores e resgatando projetos anteriores e fazendo andamento da listagem das principais ações desenvolvidas das novas propostas. E informa sobre o Projeto de Lei Instituto baseado no fundo nacional da cotação no Congresso na pauta do Plenário que opera sete três sete oito no qual foi tirado subsidio para o fundo nacional de defesa dos direitos da mulher; tirou também, recém-criado o sistema nacional de juventude (SINAJUVE). Foi resgado o prêmio mulheres rurais que constrói o Brasil sustentável; a primeira jornada nacional de mulheres extensionistas, rurais e sociais; prêmio de cinema de mulheres Carmem Santos para mulher produtoras, cineastas e diretoras; o programa menina nas ciências exatas engenharia e computação; prêmio igualdade de gênero. Foi entregue pela Senhora Kílvia a partilha Mais mulher no Poder em 2018, 6ª edição. Será feito um novo projeto de curso de formação para Lactantes do sistema prisional para Agentes Penitenciários. Logo Após o término da palavra, Secretária Aparecida Moura passa a palavra para a senhora Wilma Andrade do Departamento de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres (DAE), saudou a todas as conselheiras a parabeniza as novas. Seguiu falando das ações do departamento que tem realizado. Apesar de dificuldades financeiras no orçamento, e foi enviado para o e-mail de todas as conselheiras as ações desenvolvidas até o final do ano de dois mil e dezessete e todas as ações que estamos pleiteando, desenvolvendo e para desenvolver no ano atual. Fala também sobre os dados e estatística. Os números que vocês irão ver são gritantes a discrepância e diferença das ações de trabalho entre homens e



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER**

mulheres chegam ao absurdo. Nós só vamos conseguir empoderar a mulher através do emprego de renda. A mulher só irá se sobressair se tiver condições de sustentar sua família. Estabelecer seiscentos mil reais para que atenda a mais de oito mil municípios com curso de capacitação, me perdoe, mas é avacalhão. Nós estamos precisando juntar os nossos reforços e toda a equipe SPM e irmos atrás da solenidade da mulher através do trabalho. Temos uma listagem de atividade de lugares que temos ido para reafirmar a política e realmente não precisamos criar novas fórmulas. Precisamos concretizar o que todas as mulheres levantaram e o que tantas mulheres colocaram e que é importante para que melhorem o seu patamar na geração de emprego e renda. Um projeto em que me orgulho e me envaidecem todas as mulheres que um dia pararam para pensar nesse projeto é o Programa PRÓ-EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA, sendo o carro chefe do nosso departamento, com a sexta edição, faremos a entrega do selo que garante que a empresas de médio e grande porte esteja realmente com ações concretas e efetivas diante da empresa para trazer a equidade de direitos e deveres. Logo Após o término da palavra, a Secretária Aparecida Moura passa a palavra para a senhora Bianka Gomes - Departamento Financeiro da SPM – Saudou a todas e inicia a fala sobre o orçamento. Sobre o Plano Plurianual (PPA) que estabelece as diretrizes, objetivos e metas para viabilizar a orientação das políticas públicas a serem seguidos com vigência de quatro anos, que é onde todos os projetos e ações que a Secretaria que pretende executar dentro desse período. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelecimento de metas e prioridades a serem contempladas na Lei Orçamentária Anual (LOA) e o próprio Orçamento em si, com os mecanismos que nós podemos alterar o orçamento para ajustar a execução da política pública aos valores disponibilizados. O histórico do nosso programa tem como este a estratégica a inclusão social, a redução das desigualdades e as diretrizes de promoção da igualdade de gênero e combate ao racismo. E explica que a cada ano há um a queda brusca dos valores de dotação disponíveis para a execução da política pública. Passada a palavra para a senhora Maria Antônia – Setor de Passagens da SPM – explica sobre o procedimento para emitir as passagens pelo sistema de concessão de diárias e passagens (SCDP) que é integrado com o SIAPE/SIAFI/RF. O sistema está no portal da transparência. A solicitação para ser concluída é necessário um prazo de dez dias úteis que antecede a viagem. Caso seja um prazo menor, é necessária uma autorização do secretário Carlos Henrique Menezes Sobral da Secretaria de Governo (SEGOV). Após a realização da viagem e utilização das passagens é necessário fazer a prestação de contas com prazo de até cinco dias após a finalização da viagem e caso o mesmo conste em pendência a viagem seguinte poderá não ser aprovada, conforme decreto número cinco mil novecentos e noventa e dois. Foi sugerido pela Presidente que cada conselheira aproveitasse o uso da palavra por três minutos. A conselheira Sheila Sabag começa a fala questionando o papel de conselheiras neste Conselho, sendo quatro reuniões anuais e em dois momentos importantes não houve a participação e conhecimento, sendo eles: Construção do Projeto da Rede Brasil Mulher e o Sistema Nacional de Política para Mulheres que já está para aprovação. E solicitou maior número de reuniões e participação das câmaras técnicas com acompanhamento mensal. A conselheira Mara Fletes Ressalta que em relação às OPM's precisa de informações mais concisas para poder impulsionar e garantir que em cada cidade possa operar na prática e que realmente aconteça. Deseja conter mais informações sobre o projeto de mulheres extensionistas do bem estar e sociais, pois em particular é uma base que o sindicato representa. Por fim questiona a questão das passagens, que uma é aprovada e a outra não, sendo todas no mesmo prazo. A conselheira Deusimar Corrêa diz que foram apresentados diversos projetos que atentam algumas comunidades, mas o povo de natureza africana, quilombola, indígena e cigana, não foi apresentado nenhum projeto e fala da importância de modificar em prol do povo que foi esquecido. A conselheira Celina Alves questiona o objeto e papel da conselheira e o que deve fazer nas instâncias em que atua e devido à apresentação dos projetos e dados informados relacionados à redução de valores em três anos, questiona a possibilidade de realizar tantos projetos, com a redução de gastos em todos os setores. Pede para debater todos os projetos que foram apresentados, o que fazer e como fazer. A Presidente do Conselho retoma a palavra e explica que a SPM através dos programas, projetos e das ações que estão tendo encaminhamento estão em de acordo com plano nacional de política para mulheres. A proposta para discussão desse conselho é apresentar um Plano de Ação, com período até dezembro e com a união dos esforços e planejamento estratégico de ação desse conselho integrado com



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER**

a SPM pode sim fazer e mudar muita coisa. Com isso, a Presidente do conselho deseja que tenha o mais rápido possível uma reunião em que irá estabelecer como e que dê jeito irá caminhar. A conselheira Lucimara Cavalcante solicitou que a SPM alterasse o nome do projeto para Programa Pró-Equidade de Gênero Raça e Etnia, tendo em vista que a ONU tem um programa referente a isso e seguir as recomendações que a ONU faz em relação a esse programa. E com relação aos Selos, que as empresas receberão, questiona se considera a declaração que o Brasil ratificou da organização cooperadora do desenvolvimento econômico e dentro daquelas metas de direitos humanos e responsabilidade social e elencada nessa declaração. A conselheira Roseli de Oliveira sugeriu que tratassem da questão Etno e racial como princípio e não como um tema dentro da Política para Mulheres. A conselheira Vanja Santos questionou o atraso do envio dos arquivos apresentados no Conselho. A conselheira Jeanete Assad, Todas as propostas e ações que foram apresentados são de extrema importância e sugere para que seja feito um cronograma a ser seguido mesmo com a entrada de um novo Governo, de forma que o mesmo continue a dar continuidade. Todas as Conselheiras Nacionais representam o Conselho Nacional Direitos das Mulheres nos estados onde estamos estaladas, devendo ter ação nos conselhos Estaduais e Municipais, sendo as conselheiras um elo de união com as cidades e estados para o conselho nacional, de forma a representar o Conselho no seu estado, sendo assim é necessário que seja feito um documento oficial formalizado com representação dos nomes das conselheiras, o que e quem compõe o conselho para que tenham uma participação ativa em seu estado. Foi mencionado que em épocas anteriores possuía uma carteira de identificação como conselheira para sua representação. A conselheira Gláucia Morelli informa que o Conselho precisa ser fortalecido por ter uma gestão de três anos e a direção da SPM muda, e o conselho precisa ter força para fazer valer aquilo que foi apresentado. Apresentar uma clareza na previsão de orçamento que cada ação precisa sem depender de parceria, pois a SPM não se trata de uma organização de sociedade civil e então propõe que as companheiras venham com a proposta das ações com o valor de orçamento público que essas propostas necessitam, pois como isso vai ser garantido no orçamento da união. Não concorda com o conselho sendo consultivo e deliberativo, afirma que o conselho é deliberativo das ações da Secretaria de Políticas Públicas da Mulher. A conselheira Isis Tavares, diz que precisa debater e demonstrar com dado e evidenciar o que está acontecendo referente ao mercado de trabalho, em dois mil e dezessete foram treze milhões e setecentos mil desempregados no Brasil e teve acréscimo de doze por cento dessa porcentagem, as mulheres são mais treze por cento a mais do que os homens de desempregados, e compara os dados do desemprego com a educação, visando o quanto pode ser ruim. E possivelmente uma meta fazer com que o Brasil reduza vinte cinco por cento a desigualdade social. Mariana Meirelles, explica que em todas as oficinas que se realiza convida os membros do conselho para participarem das oficinas. Em relação à transversalidade e do papel do orçamento, a política da mulher é transversal e muita das responsabilidades, a locativa, está-nos outros órgãos. O decreto responsabiliza e convoca o órgão da administração direta a participar da rede e com isso está no desafio de elaborar o plano de ação governamental onde os órgãos da administração direta do governo federal se comprometam a realizar as ações e haverá monitoramento estratégico desses trabalhos e faculta entidades fora da administração direta seja de outros poderes, de outros níveis de governo com entidades empresariais de movimentos sociais e entidades da sociedade civil a comporem a rede. Então a estratégia da rede nada mais é do que a materialização de fato dessa transversalidade, nos últimos anos houve um corte no orçamento. A presidente do conselho Aparecida Moura, deu início à eleição das Câmaras Técnicas e leu conforme o Regimento Interno em seu artigo dezenove desse conselho, o CNDM constituirá quatro câmaras temática com instrução de instruir e fundamentar as deliberações deste conselho ou ainda para promover estudos sobre matérias de seu interesse e competência sendo elas: Câmara Técnica de Legislação e Normas, Câmara Técnica de Assuntos Internacionais, Câmara Técnica de Monitoramento Plano Nacional de Política para Mulheres e a Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento. Cada câmara técnica será formada por sete conselheiras titulares, sendo quatro dela representantes da sociedade civil e três representantes governamentais. A escolha é feita por adesão de cada entidade e no caso de haver mais candidatos e menos vagas, fará uma eleição de todo o pleno para a escolha. Conforme o Regimento Interno em seu artigo vinte e três, a escolha das presidentes das câmaras Técnicas a escolha será feita



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

pelo pleno. A conselheira Sheila ressalta que quem deve se manifestar quem quer alterar sua posição na câmara que está e as novas conselheiras. A conselheira Chopelly Santos sugere pra colocar o nome, a entidade e a câmara que quer ir, as que por ventura não estarão presente complementa as vagas que estão em aberto, e diz que não pode deliberar nessa reunião as presidentes da câmara, pois é preciso que aja uma reunião interna das câmaras, conheça quem são e traga os nomes para serem referendados na reunião ordinária da quinquagésima terceira. A conselheira Sheila Sabag informa que na reunião posterior irá reunir as Câmaras Técnicas separadamente, conforme o regimento e elege a presidente da Câmara Técnica e referendado pelo pleno. E se o número for superior ao exigido deverá ser eleito pelo pleno. A Coordenadora do Conselho informou a composição da Câmara Técnica é feita pelas titulares, as conselheiras suplentes podem fazer as contribuições nas câmaras, porém não tem direito a voto, podendo ser discutido em pleno, mas é o que rege o Regimento Interno. Sheila Sabag – Rede Nacional Feminista de Saúde Esclareceu que tanto as titulares quanto as suplentes das câmaras técnicas são conselheiras titulares. A conselheira Chopelly Santos, afirmou que as conselheiras como suplente no conselho só compareceram à reunião quando a titular se ausentar ou se a própria entidade autofinanciar-se, as vagas de titular e suplente são dos membros do titulares do conselho. A conselheira Jureuda Duarte informou que iria se ausentar da reunião e informou que está na disposição da câmara técnica de Monitoramento Plano Nacional de Política para Mulheres. E pediu para pensar em uma moção de repúdio sobre a fala do Ministro no evento de posse das conselheiras, que por ser branco, homem e heterossexual mandou uma mulher calar a boca durante o decorrer do evento, e ainda declara que tem o vídeo do ato. Repreende que o discurso do Ministro faz uma relação entre cozinha e mulher, e informa que foi totalmente desinformado ao empoderamento da mulher e o que está sendo construído. Foi solicitado que cada entidade informasse em qual câmara técnica deseja fazer parte. No decorrer da apresentação foi levantado um debate em que a entidade suplente possa participar da reunião com direito a voto. Segundo a Coordenadora do Conselho informa que no regimento interno fala que as câmaras técnicas são formadas pelas conselheiras titulares, mas dentro do regimento não há nenhuma observação a respeito da contribuição que as conselheiras que são suplentes no conselho possam dar a essas câmaras técnicas e seria um caso omissos dentro do regimento e precisaria ser debatido. Foi proposto que se uma entidade suplente se autofinanciar, terá o direito de assistir, podendo contribuir, mas sem o direito a voto na câmara. Porém se uma titular da câmara técnica não poderá estar presente então será representada a primeira suplente das titulares da câmara técnica. A conselheira Celina Alves informa que se há um desacordo na decisão da suplente deverá, entrar em votação, e defendeu que a suplente participará da reunião com direito a voz, sendo o voto exclusivo da titular ou uma suplente representando a titular. A presidente esclareceu que qualquer dúvida em contrário, retorna para o conselho pleno até por voto para decidir a situação. Então ficou definido que as suplentes podem participar como colaboradora. Deu-se início a apresentação de cada entidade, informando em qual câmara está presente, manifestando o interesse de permanecer ou permutar. Marta Livia Suplicy – Liga das Mulheres Eleitoras do Brasil (LIBRA) está na suplência e deseja Câmara Técnica de Assuntos Internacionais; Celina Alves – Central dos Trabalhadores e trabalhadoras do Brasil (CTB) deseja a Câmara Técnica de Assuntos Internacionais; Cleide Silva – Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos (FENATRAD) permanece na Câmara Técnica de Legislação e Normas; Evelin Cavalcante - Articulação Brasileira de Lésbica (ABL) permanece na Câmara Técnica de Monitoramento Plano Nacional de Política para Mulheres Geórgia Diogo - Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência, atualmente está na Câmara Técnica de Legislação e Normas, se houver vaga Governamental para a Câmara Técnica de Assuntos Internacionais gostaria de fazer parte. Continua sua fala sobre o plano de ações que foi mencionado anteriormente no decorrer da reunião e de maneira seria apresentado e os temas e como seria a dinâmica entre uma reunião e outra. Destaca também que é de extrema importância que este conselho emita declarações sobre temas relevantes. Deusimar Corrêa – Rumkpamey Héviôsô Zoonokum Mean – tem interesse na Câmara Técnica de Monitoramento Plano Nacional de Políticas para Mulheres; Francimar Junior - Rede Nacional de Mulheres Negras do combate ao racismo permanece na Câmara Técnica de Monitoramento Plano Nacional de Política para Mulheres; Cristiane Kondo – Rede Parte do Princípio permanece na Câmara Técnica de Legislação e Normas; Sônia Maria – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

(CNTI) permanece na suplência da Câmara Técnica de Legislação e Normas; Mara Felttes – Central Única dos Trabalhadores (CUT) permanece na Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento; Sheila Sabag – Rede Nacional de Feministas de Saúde permanece na Câmara Técnica de Legislação e Normas; Gláucia Morelli – Confederação das Mulheres do Brasil permanece na Câmara Técnica de Assuntos Internacionais; Laudelina Inácio – Associação Brasileira de Mulheres de carreira jurídica, atualmente está locada na Câmara Técnica de Monitoramento Plano Nacional de Política para Mulheres, mas há interesse na vaga da Câmara Técnica de Assuntos Internacionais; Adélia Pessoa – Instituto Brasileiro de Direito da Mulher (IBDFAM), se candidata a suplência e deixou em branco seu voto e podendo colaborar em qualquer uma das câmaras; Jeanete Assad – Fórum de Mulheres do MERCOSUL permanece na Câmara Técnica de Assuntos Internacionais; Eunice Cruz – BPW BRASIL permanece na Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento; Lucimara Cavalcante – Associação Maylé Sara Kalí (AMSK/BRASIL), pleitear a titularidade da Câmara Técnica de Assuntos Internacionais, Vanja Reis - União Brasileira de Mulheres (UMB), permanecer na Câmara Técnica de Monitoramento Plano Nacional de Política para Mulheres; Giselle Dupin – Ministério da Cultura – atualmente não está em nenhuma das Câmaras, mas se dispõe a Câmara Técnica de Assuntos Internacionais e Câmara Técnica de Monitoramento Plano Nacional de Política para Mulheres; Roseli de Oliveira - Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial – sai da Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento e vai para a Câmara Técnica de Monitoramento Plano Nacional de Política para Mulheres; Fabiana Gadelha – Secretaria nacional de Cidadania estava na Câmara Técnica de Monitoramento Plano Nacional de Política para Mulheres e deseja ir para a Câmara Técnica de Legislação e Normas; Ana Karina Sobral – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - permanece na Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento; Chopelly dos Santos – Articulação Nacional de Travesti e Transexuais (ANTRA) permanecem na Câmara Técnica de Monitoramento Plano Nacional de Política para Mulheres; Anete Angélica – Cruz vermelha Brasileira, suplente na Câmara Técnica de Monitoramento Plano Nacional de Política para Mulheres e Câmara Técnica de Assuntos Internacionais; Telma Nantes – Organização Nacional de Cegos do Brasil - Titular preferência pela Câmara Técnica de Monitoramento Plano Nacional de Política para Mulheres ou Câmara Técnica de Assuntos Internacionais; Tamille Dias – Casa Civil permanece na Câmara Técnica de Legislação e Normas; Denise Aparecida – Ministério do Meio Ambiente - permanece na Câmara Técnica de Assuntos Internacionais; Margarethe Gomes - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – Titular ou Suplência da Câmara Técnica de Monitoramento Plano Nacional de Política para Mulheres ou Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento; Eduarda Mourão – Ordem dos Advogados do Brasil – Suplente Câmara Técnica de Legislação e Normas, e Câmara Técnica de Monitoramento Plano Nacional de Política para Mulheres. Após cada Conselheira presente ter mencionado a sua vontade de ser titular ou suplente em determinada Câmara Técnica houve um debate em que havia mais conselheiras eleitas a uma câmara e menos em outras, sendo assim, com democracia foi feito votos entre o pleno, ficando da seguinte forma: Câmara Técnica de Legislação e Normas - Sociedade Civil: - Sheila Sabag – Rede Feminista de Saúde; Isis Tavares – CNTE; Cleide Silva Pereira Pinto – FENATRAD; Cristiane Kondo – Parto do Princípio; Governamental: Tamille Sales Dias – Casa Civil; Fabiana Arantes Campos Gadelha – Secretaria Nacional de Cidadania; Maria Fernanda Jorquera Briceño – Ministério da Justiça; Suplentes: Sônia Maria Zerino – CNTI; Najara Lima Nogueira – MCTIC; Colaboradora: Eduarda Mourão - Ordem dos Advogados do Brasil. Câmara Técnica de Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - Sociedade Civil: Vanja Andréa Reis dos Santos – UBM; Deusimar Corrêa - Rumkpagey Héviôsô Zoonokum Mean; Evelin Cavallini Santanta – ABL; Jureuda Duarte Guerra – Conselho Federal de Psicologia; Governamental: Roseli de Oliveira – SEPIR; Ivana Siqueira – MEC; Jana de Sousa Romanin; Suplentes: Maria José Morais da Costa – CONTAG; Francimar Santos Júnior - Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência; Colaboradora: Eduarda Mourão - Ordem dos Advogados do Brasil; Anete Alves - Cruz Vermelha. Câmara Técnica Internacional - Sociedade Civil: Jeanate Mazzeiro – Fórum de Mulheres do MERCOSUL – Brasil; Gláucia Morelli – CMB; Lucimara Varanis Cavalcantes – AMSK Brasil; Celina Alves Padilha Arêas – CTB; Governamentais: Geórgia Renata Sanchez Diogo – Secretaria Geral da PR; Thyaty Annie Barreto Tavares de Souza – MMA; Laura Delamonica – Ministério das Relações Exteriores; Suplente: Gisele Dupin – Ministério da Cultura; Colaboradora: Anete Alves -



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER**

Cruz Vermelha. Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento - Sociedade Civil: Eunice Cruz – BPW Brasil; Laudelina Inácio da Silva – ABMCJ; Chopelly Santos – ANTRA; Mara Feltes – CUT; Governamental: Maria do Rosário – MPOG; Margareth Cristina de Almeida Gomes – MDS; Priscila Temperani – Ministério do Trabalho; Suplente: Telma Nantes de Matos – Organização Nacional de Cegos do Brasil. Ficou definido que a próxima reunião acontecerá entre a semana do dia treze ao dezessete de Agosto, sem definir a data certa. Eunice cruz Solicitou que a sociedade civil pudesse chegar um dia antes para poder discutir sobre a pauta de trabalhos prioritários internos. Sheila sabag sugeriu como próxima pauta fazer um plano de trabalho do conselho; deliberar sobre o número de reuniões extraordinárias e pelo menos seis reuniões no ano, sendo quatro ordinárias e duas extraordinárias; deliberar também sobre a proposta das câmaras técnicas como sugestão seria mensalmente; ampliar e complementar o regimento interno; a eleição das presidentes de todas as Câmaras técnicas; as Indicações das conselheiras em notório conhecimento e das conselheiras emérito. A presidente do conselho pediu para fazer um calendário dos eventos de interesse das entidades e do conselho para que possa ser representada por uma das conselheiras nos convites que a SPM receber. Foram dados os votos de congratulações pelas conselheiras à senhora Presidente juntamente com a Coordenadora deste Conselho. Sem mais nada a tratar, declaro encerrada a quinquagésima segunda Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher do ano de dois mil e dezoito.

